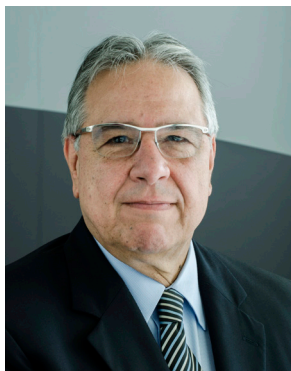


EDITORIAL



Marcio Serôa de Araujo Coriolano
Presidente da CNseg

Crescimento da arrecadação em 2017 foi de 4,6%, contra 9,6% em 2016, descontado o DPVAT

Divulgados os dados de dezembro pela Susep, o conjunto do ano de 2017 permite comparação com o ano precedente. Se o desempenho de 2016 havia sido protagonizado pelo segmento de Pessoas (15,4%), com modesto aumento de Ramos Elementares (1,2%), o primeiro semestre de 2017 parecia apontar para a repetição desse cenário, mas os planos de acumulação perderam o ritmo até o fim do ano, fazendo o segmento de cobertura de Pessoas fechar com 4,7%, ao passo que o inverso se deu no segmento de Ramos Elementares, que cresceu 6,6%. Como o VGBL pesa significativamente na carteira global do mercado, a sua perda de ritmo influenciou a taxa total da arrecadação de 2017, de 4,6%.

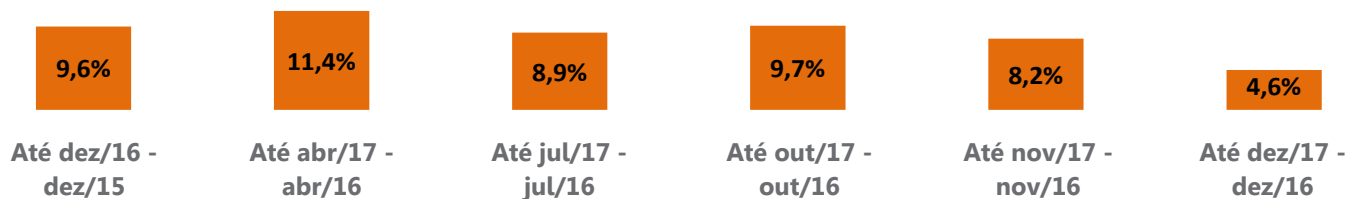
O ano pode ser considerado como positivo para o setor de seguros. O ramo de Automóveis, com aumento de 6,7%, teve bom desempenho, seja como resultado da retomada de produção e venda de veículos, seja pela retarificação que se seguiu ao agravamento dos riscos. No ramo

Patrimonial Massificados chegou a 8,4%. Como evidenciado ao longo das últimas Cartas, os ritmos mais fortes foram vistos nos ramos de Crédito e Garantias (21,4%), Rural (13,1%), Planos de Risco de Pessoas (11,7%) e Habitacional (9,7%). Com o DPVAT, a arrecadação total em 2017 foi de R\$ 247,1 bilhões. As provisões técnicas alcançaram R\$ 905,7 bilhões.

Nesta Carta temos a análise do comportamento da inflação feita pelo professor Luiz Roberto Cunha, da PUC/RJ, que também colabora com o Centro de Estudos de Mercado da CNseg. E o professor Lauro Faria nos brinda com sua análise aprofundada do desempenho do setor de seguros.

Boa leitura!

CRESCIMENTO NOMINAL DA ARRECADAÇÃO - 12 MESES MÓVEIS (NÃO INCLUI SAÚDE SUPLEMENTAR E DPVAT)



ARTIGO

Luiz Roberto Cunha

Economista e professor da PUC/RJ

A inflação 2017 e as perspectivas da economia em 2018

Os resultados da inflação em 2017 foram excepcionais. O IPCA fechou com 2,95%, desacelerando rapidamente do pico de 16,79%, em agosto de 2016, e dos 9,36%, em dezembro de 2016. O resultado, fortemente impactado pela acentuada deflação dos alimentos, que tem um peso elevado nas rendas mais baixas, foi o principal responsável pela recuperação da economia brasileira, mais uma vez via expansão do consumo. Na última vez em que tivemos resultados inflacionários baixos, os alimentos também foram determinantes: em 2006, com IPCA de 3,14%, e em 1998, com IPCA de 1,65%. Neste último caso, antes da implantação do sistema de Metas de Inflação e com uma forte ajuda do câmbio valorizado. Desta vez, desemprego elevado e recuperação cíclica da atividade econômica ainda incipiente também tiveram influência nos preços. Na análise das causas que nos permitiram alcançar a mais baixa taxa Selic de nossa história pós plano Real, deve-se também destacar a volta da credibilidade da atuação do Banco Central, atuando sobre as expectativas, em que pese a política monetária ainda não ter a colaboração fundamental da política fiscal. Aliás, não podemos esquecer que o BC já havia reduzido a Selic a níveis baixos (7,25% entre outubro 2012 e abril 2013), mas, na administração Dilma/Tom-bini, essa redução não foi garantida pela necessária credibilidade na atuação do BC, ou seja, não foi acompanhada pela redução das taxas de juros de mercado, como agora está ocorrendo. Mas qual o impacto destes resultados de 2017 sobre as perspectivas da economia em 2018? O cenário básico é de uma aceleração da recuperação cíclica, que poderá levar a um crescimento na ponta (dez.18/dez.17) até um pouco acima de 4% com renda e consumo continuando a liderar o crescimento. Desta vez, a recuperação se dará a partir da redução do desemprego e de aumentos (cont.)

(cont.) mais robustos da atividade econômica, compensando uma inflação um pouco mais elevada, embora ainda próxima do centro da meta (4,50%). Com isso, a renda real continuará crescendo. Por outro lado, mantido o quadro externo favorável, uma redução do risco político-eleitoral, mesmo que não se tenha, ainda neste ano, significativo avanço na reforma da previdência, deve permitir também um crescimento mais equilibrado, com uma gradual retomada dos investimentos. Esse cenário justifica a melhora nas expectativas de consumidores e empresas, como vêm apontando os indicadores. Resta agora esperar que em 2019, no novo governo, as condições necessárias para o crescimento sustentado sejam alcançadas.

ANÁLISE CONJUNTURAL

por Lauro Faria

Economista da Escola Nacional de Seguros

Em dezembro de 2017, a arrecadação do mercado segurador regulado pela Susep alcançou R\$ 24.317 milhões, o que representou expansão de 16,5% sobre a arrecadação do mês imediatamente anterior. Desagregando-se o dado de arrecadação global por grandes grupos de produtos, as taxas de variação, em relação ao mês imediatamente anterior, foram as seguintes: +14,6% em ramos elementares, sem DPVAT (+14,9% para o carro-chefe do grupo, os seguros de automóveis); +14,2% em planos de risco de coberturas de pessoas; +17,1% em planos de acumulação de coberturas de pessoas; +26,3% em títulos de capitalização e -1,3% em prêmios de DPVAT. Deve-se assinalar que os dados acima são a primeira impressão do verificado no mercado em dezembro passado, sendo possível que eventuais revisões pelas empresas (que costumam ocorrer) mostrem um quadro mais favorável, principalmente dos planos de acumulação que costumam acelerar bastante no último mês do ano. No acumulado de 2017, a arrecadação atingiu R\$ 247.076 milhões, com expansão de 3,2% sobre 2016. Em termos de grandes grupos, ramos elementares, sem DPVAT, cresceu 6,6%; planos de risco de coberturas de pessoas, 10,9%; planos de acumulação de coberturas de pessoas, 2,6%; títulos de capitalização, queda de 2,3% e prêmios de DPVAT, idem de -32%. Foram notáveis, na comparação de 2017 com 2016, as recuperações das receitas dos seguros prestamista (-6,5% em 2016 e +23,4% em 2017), do seguro de automóveis (-2,4% em 2016 e +6,7% em 2017) e do seguro de garantia estendida (-9,3% em 2016 e +5,6% em 2017) em linha com a recuperação do conjunto da economia brasileira.

A assinalar ainda em 2017 a mudança do ranking de crescimento entre os principais grupos, com planos de risco de seguros de pessoas e ramos elementares sem DPVAT liderando ao passo que, em 2016, a liderança coube de longe aos planos de acumulação de coberturas de pessoas. Sem considerar DPVAT, capitalização e planos de acumulação, a taxa de crescimento da receita do mercado regulado pela Susep foi de 8,1%, um resultado positivo e a comemorar numa economia que se espera tenha crescido em torno de 1% com uma inflação de 2,9%. No que concerne às contribuições aos planos de acumulação, houve, particularmente no segundo semestre de 2017, o impacto das baixas taxas de juros, em particular sobre o VGBL que confere benefício fiscal ao participante. O motivo é simples: quanto menor a taxa de juros básica (Selic), menor a taxa de retorno dos títulos em carteira, maior o peso relativo dos custos dos planos sobre a rentabilidade líquida (antes dos impostos) e, portanto, menor o incentivo das aplicações. Uma saída evidente é permitir maior assunção de risco e, portanto, maior expectativa de retorno às carteiras dos fundos de planos de previdência complementar aberta. Foram, portanto, bem-vindas as Resoluções CNSP 348 e 349, de dezembro de 2017, que visam dar mais flexibilidade de aplicação e resgate aos planos da previdência complementar aberta.

Assim, foi instituída a figura do “participante qualificado”, isto é, investidor com investimento financeiro superior a R\$ 1 milhão e que tenha atestada sua condição perante a CVM. Fundos que contam com tais participantes, consoante o CMN, podem assumir mais riscos nas aplicações que realizam. As citadas resoluções criaram também dois novos tipos de produtos: (i) os PGBL e VGBL programados e os PGBL e VGBL referenciados. Os programados oferecem a possibilidade de pagamentos financeiros programados durante o período de diferimento e os referenciados poderão apresentar, durante o período de diferimento, garantia mínima de desempenho atrelado a percentual de um índice de renda fixa de ampla divulgação bem como a reversão, total ou parcial, de resultados financeiros.

No acumulado de 2017, a sinistralidade do grupo de seguros de ramos elementares, sem DPVAT, foi de 52,5% com queda absoluta de 1,2 p.p frente a 2016. No grupo de planos de risco de coberturas de pessoas, tal variável foi de 26,1% em 2017, com queda absoluta de 10,6 p.p frente a 2016. Movimento inverso ocorreu com o índice de despesas de comercialização que foi de 22,3% em ramos elementares (sem DPVAT), com aumento de 0,8 p.p sobre 2016, e de 29,4% nos planos de risco de coberturas de pessoas, com elevação de 0,4 p.p sobre 2016. Em vista desses fatos, e das quedas de 19,2% e de 12,9% nos resultados financeiro e patrimonial, respectivamente, em 2017 em relação a 2016, o lucro líquido agregado das seguradoras na área da Susep caiu 5,7% e a rentabilidade do patrimônio líquido agregado das seguradoras passou de 23,3% em 2016 para 19,8% em 2017. Note-se que a projetada redução da taxa Selic em 2018, ainda que em menor intensidade que a ocorrida em 2017, continuará a exigir melhora do resultado técnico das seguradoras tendo em vista a manutenção da rentabilidade global dos seus patrimônios.

No setor de Saúde Suplementar, os últimos dados oficiais (da ANS) ainda se referem a setembro de 2017. Assim, nos três trimestres de 2017, a receita de contraprestações montou a R\$ 133,4 bilhões, 10,3% acima do mesmo período de 2016. A sinistralidade nesse mesmo período caiu de 84,2% para 83,7%. Quanto à macroeconomia, os últimos dados de 2017 autorizam a manutenção de um otimismo realista em 2018, pois dependente ainda de muitas incertezas. Assim, o índice IBC-Br do Banco Central, indicador antecedente do PIB, cresceu 0,5% entre novembro e outubro de 2017, 2,8% entre novembro de 2017 e igual mês de 2016, e 1% no acumulado de 2017 contra o acumulado de 2016. A produção industrial cresceu 2,5% em 2017 frente a 2016, após sucessivas quedas nos anos anteriores. Contribuiu fortemente para tal variação positiva da indústria a produção de veículos automotores, grande demandante de seguros. A taxa de desocupação fechou dezembro de 2017 em 11,8% da PEA, percentual ainda elevado, mas mostrando baixa contínua desde março quando atingiu 13,7%. Esses dados e outros também favoráveis têm estimulado expectativas de crescimento do PIB real em 2018 de até 3%, sem dúvida, um resultado muito favorável que, se ocorrer, tende a estimular em muito a atividade securitária. Daí o otimismo.

DESEMPENHO DO MERCADO

Apenas supervisionadas Susep (em R\$ milhões)		Até dezembro 2016	Até dezembro 2017	Variação nominal % 2017/2016
1	Ramos Elementares (sem DPVAT)	60.851,7	64.882,4	6,6%
1.1	Automóvel	31.747,6	33.867,0	6,7%
1.1.1	Acidentes Pessoais de Passageiros	533,4	606,3	13,7%
1.1.2	Casco	22.138,7	23.738,8	7,2%
1.1.3	Responsabilidade Civil Facultativa	6.950,2	7.234,0	4,1%
1.1.4	Outros	2.125,4	2.287,9	7,6%
1.3	Patrimonial	10.347,6	10.876,8	5,1%
1.3.1	Massificados	7.293,8	7.905,9	8,4%
1.3.1.1	Compreensivo Residencial	2.493,5	2.657,6	6,6%
1.3.1.2	Compreensivo Condominial	364,6	408,1	11,9%
1.3.1.3	Compreensivo Empresarial	2.109,9	2.111,2	0,1%
1.3.1.4	Outros	2.325,8	2.729,0	17,3%
1.3.2	Grandes Riscos	2.665,8	2.724,3	2,2%
1.3.3	Risco de Engenharia	388,0	246,6	-36,4%
1.4	Habitacional	3.442,6	3.776,9	9,7%
1.5	Transportes	2.570,7	2.718,9	5,8%
1.5.1	Embarcador Nacional	799,7	843,9	5,5%
1.5.2	Embarcador Internacional	461,0	421,7	-8,5%
1.5.3	Transportador	1.309,9	1.453,3	10,9%
1.6	Crédito e Garantia	3.139,0	3.812,0	21,4%
1.7	Garantia Estendida	2.586,0	2.731,5	5,6%
1.8	Responsabilidade Civil	1.600,5	1.605,7	0,3%
1.8.1	Responsabilidade Civil D&O	372,8	405,1	8,7%
1.8.2	Outros	1.227,6	1.200,6	-2,2%
1.9	Rural	3.642,6	4.118,2	13,1%
1.10	Marítimos e Aeronáuticos	812,3	705,4	-13,2%
1.10.1	Marítimos	420,6	374,8	-10,9%
1.10.2	Aeronáuticos	391,7	330,6	-15,6%
1.11	Outros	962,7	669,9	-30,4%
2	Coberturas de Pessoas	148.670,2	155.645,7	4,7%
2.1	Planos de Risco	31.134,1	34.528,8	10,9%
2.1.1	Vida	13.107,9	13.695,6	4,5%
2.1.2	Prestamista	7.700,4	9.503,9	23,4%
2.1.3	Viagem	420,2	515,3	22,6%
2.1.4	Outros	9.905,6	10.813,9	9,2%
2.2	Planos de Acumulação	113.900,3	116.847,1	2,6%
2.2.1	Família VGBL	104.970,3	106.651,9	1,6%
2.2.2	Família PGBL	8.930,0	10.195,2	14,2%
2.3	Planos Tradicionais	3.635,7	4.269,8	17,4%
3	Capitalização	21.088,2	20.612,5	-2,3%
=1+2+3	Mercado Segurador (sem DPVAT)	230.610,1	241.140,6	4,6%
	DPVAT	8.723,8	5.935,4	-32,0%
	Mercado Segurador (com DPVAT)	239.333,8	247.076,0	3,2%

Fonte: Superintendência de Estudos e Projetos (SUESP) da CNseg

**Acesse. Ouça. Compartilhe. Curta.
Conecte-se com a CNseg!**


RádioCNseg
radio.cnseg.org.br



/CNseg



CNseg



Canal Seguro